

Nos termos e para os efeitos previstos da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, faz-se público que foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas como Assistente Operacional da carreira de Assistente Operacional, 1.ª Posição Remuneratória, com os seguintes trabalhadores:

Maria Emília Couto de Sousa (89098), Jorge Manuel Gomes da Silva (88986), Carlos Manuel Queirós Mota Carneiro (89046), António Fernando Carvalho (89030).

2013-07-16. — A Diretora de Departamento Municipal de Recursos Humanos, *Sónia Cerqueira*.

307125443

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Despacho n.º 9930/2013

Manutenção de Comissões de Serviço

Considerando a proposta de Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Porto de Mós, em conformidade com o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto operada nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, aprovada pela Assembleia Municipal de 20/12/2012, sob proposta do executivo tomada na sua reunião de 06/12/2012.

Considerando que pela faculdade conferida no n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, as alterações na estrutura orgânica produzirão efeitos diferidos no tempo, de acordo com as datas das comissões de serviço dos atuais dirigentes.

Determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a), do n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro a manutenção das Comissões de Serviço da Chefe da Divisão Financeira, em acumulação de funções com a Divisão de Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Neuza José dos Reis Morins, da Chefe da Divisão de Planeamento e Licenciamento Urbano, Ester Maria Assis de Macedo Vieira e do Chefe da Divisão de Serviços Municipais e Ambiente, José Fernandes, até à data das respetivas cessações das Comissões de Serviço.

O presente despacho produz efeito a partir de 1 de janeiro de 2013, e não prejudica o disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aplicada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, em matéria de eventual renovação das comissões de serviço referidas anteriormente.

2 de janeiro de 2013. — O Presidente da Câmara, *João Salgueiro*.
307117043

Edital n.º 766/2013

João Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós:

Torna público que, por proposta da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária realizada em 20 de junho de 2013 a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovou em sessão ordinária realizada em 21 de junho de 2013, o Regulamento de Transportes Escolares, cujo texto final pode ser consultado no Portal do Município de Porto de Mós.

O Regulamento de Transportes Escolares, ora aprovado, entrará em vigor no dia seguinte à publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para constar se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

10 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Salgueiro*.

307110652

Edital n.º 767/2013

João Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós:

Torna público que, por proposta da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária realizada em 30 de maio de 2013 a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovou em sessão

ordinária realizada em 21 de junho de 2013, o Regulamento Municipal de Acesso e Exercício de Atividades Diversas do Município de Porto de Mós, cujo texto final pode ser consultado no Portal do Município de Porto de Mós.

O Regulamento Municipal de Acesso e Exercício de Atividades Diversas do Município de Porto de Mós, ora aprovado, entrará em vigor 15 dias após a publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para constar se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

10 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Salgueiro*.

307110741

MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Aviso n.º 9700/2013

Comunicação de Início de Funções e Designação dos Membros do Júri do Período Experimental na sequência de Celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado com Joaquim António Falarde Nunes.

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que na sequência do procedimento concursal aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 65, em 03 de abril de 2013, foi celebrado em 20 de junho de 2013 contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira de Fiscal Municipal na categoria de Fiscal Municipal de 2.ª classe, com Joaquim António Falarde Nunes, tendo ficado no Escalão 1, Índice 199 correspondente a 683,13€. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR *ex vi* n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, foi designado por meu despacho de 20/06/2013, o seguinte Júri do período experimental:

Presidente do Júri: Nelson Fernando Nunes Galvão, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral do Município de Reguengos de Monsaraz.

Vogais efetivos: Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis, Técnico Superior (Arquitetura) do Município de Reguengos de Monsaraz, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Álvaro José Chicau Charrua Leal Piedade, Técnico Superior (Arquitetura Paisagista) do Município de Reguengos de Monsaraz.

Vogais suplentes: Marta de Jesus Rosado Santos, técnica superior (Jurista) do Município de Reguengos de Monsaraz e Paulo Jorge Delgado Chaveiro, Técnico Superior (Recursos Hídricos) do Município de Reguengos de Monsaraz.

1 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Gabriel Paixão Calixto*.

307117173

MUNICÍPIO DE VALENÇA

Aviso n.º 9701/2013

Renovação de comissões de serviço

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que foram renovadas por mais três anos as comissões de serviço de Jorge Manuel Rio Tinto Azevedo para o cargo de Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais e Vítor Manuel Pires de Araújo para o cargo de Chefe de Divisão de Urbanismo e Planeamento, por meu despacho de 07/06/2013, nos termos do previsto no artigo 23.º da lei n.º 02/2004, de 15/01, alterada e republicada pela lei n.º 64/2011, de 22/12, aplicável à administração por força do artigo 17.º da lei n.º 49/2012, de 29/08, partir de 10 de agosto de 2013.

5 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Salgueiro Mendes*.

307124722

FREGUESIA DE GANDRA

Declaração de retificação n.º 846/2013

1 — Na sequência das inexactidões detetadas no despacho de abertura do procedimento concursal na modalidade de relação de emprego público



MUNICIPIÓ DE PORTO DE MÓS

REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES

Preâmbulo

O presente regulamento visa definir e clarificar procedimentos no âmbito dos transportes escolares, nomeadamente no que diz respeito à utilização e apoios contemplados pela legislação em vigor.

Assim, de acordo com o disposto no artigo 64.º n.º 1 m), da Lei 169/99 de 14 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Município de Porto de Mós pretende definir e regulamentar os transportes escolares facultados aos alunos do ensino básico, secundário e profissional do Concelho de Porto de Mós, apresentando o presente Projeto de Regulamento de Transportes Escolares, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Artigo 1º Lei Aplicável

Nos termos do disposto do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, da alínea m) do nº 1 e a alínea d) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril, pelo Decreto-Lei nº 186/2008, de 19 de setembro, e pelo Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto.

Artigo 2º Objeto

O presente regulamento define as regras de organização e funcionamento dos transportes escolares do Município de Porto de Mós, assim como os procedimentos de utilização e comparticipação aos alunos.

Artigo 3º
Âmbito da rede de transportes escolares

1. A área abrangida pelo serviço de transporte escolar é o concelho de Porto de Mós, só tendo direito a transporte gratuito e/ou participado, os alunos cuja residência seja no concelho de Porto de Mós.
2. O regime de transporte escolar funciona, exclusivamente, durante os períodos letivos, de acordo com o calendário escolar, entre o local de residência e o estabelecimento de ensino que frequentam.
3. O serviço de transporte escolar definido nos números anteriores é assegurado pelas seguintes modalidades:
 - a) Meios de transporte coletivo de passageiros;
 - b) Circuitos especiais de transporte por veículos disponibilizados para o efeito assegurados pela Câmara Municipal.

Artigo 4º
Acesso aos transportes escolares

1. Têm direito ao transporte escolar nas condições previstas no presente regulamento os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico, secundário e profissional, residentes no concelho de Porto de Mós, desde que:
 - a) Residam a mais de 3 ou 4 kms dos estabelecimentos de ensino, respetivamente com ou sem refeitório e;
 - b) Se encontrem matriculados em estabelecimentos de ensino da sua área de residência ou;
 - c) Frequentem estabelecimento de ensino básico, secundário ou profissional, fora da área de influência pedagógica ou fora do concelho, desde que se verifiquem sequencialmente as seguintes situações:
 - Um. Inexistência de vaga, área de estudo ou curso na escola de influência;
 - Dois. Inexistência de vaga, área de estudo ou curso no concelho de Porto de Mós;
 - Três. Quando, cumulativamente verificado o ponto *Um* e ponto *Dois* da presente alínea c), o estabelecimento de ensino de opção seja o mais próximo da sua residência, ou localizado em concelho limítrofe de Porto de Mós.

2. Em caso de mudança de local de residência, desde que o aluno se mantenha a residir no concelho.
3. Os alunos que frequentem o ensino pré-escolar poderão usufruir de transporte desde que aproveitando o transporte dos alunos de outros ciclos e desde que não prejudiquem o transporte desses mesmos alunos, e não acarrete qualquer outro custo ou despesa adicional para a Câmara Municipal.

Artigo 5º **Comparticipação nos transportes escolares**

1. A comparticipação reveste duas modalidades: 100% e 50% do custo do respetivo transporte escolar;
2. Cumpridos os critérios do artigo 4 do presente regulamento, as comparticipações e condições são as seguintes:
 - 2.1. **100%** do valor do passe anual, concedido a:
 - 2.1.1. Todos os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico;
 - 2.1.2. Alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 3/2008, na redação da Lei nº 21/2008 de 12 de maio, nas condições fixadas no disposto no artigo 32º, do Decreto-Lei nº 55/2009 de 2 de março;
 - 2.1.3. Alunos portadores de deficiência.
 - 2.2. **50%** do valor do passe mensal, concedido a:
 - 2.2.1. Todos os alunos do ensino secundário.
3. Quando o transporte escolar seja assegurado por transporte público, o apoio consiste na comparticipação, nos montantes referidos nas alíneas anteriores, do valor mensal do passe, não incluindo o valor do cartão magnético.

Artigo 6º **Modalidades de passes escolares**

1. Os passes são anuais para os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico.
2. Os passes são mensais para os alunos do ensino secundário e profissional.
3. Os alunos cujo transporte seja assegurado pela Câmara Municipal possuem um passe escolar específico.
4. Os alunos que utilizem transporte escolar, qualquer que seja a modalidade, devem estar sempre munidos de passe escolar válido.

Artigo 7º
Serviços Municipais de transporte escolar

1. O transporte escolar dos alunos do 1º ciclo do ensino básico, bem como dos alunos oriundos de lugares não servidos pela empresa de transporte público que opera na região é assegurado por circuitos específicos de transporte criados pela Câmara Municipal de Porto de Mós.
2. O transporte escolar dos restantes alunos é assegurado pela empresa de transporte públicos que opera na região.
3. A Câmara Municipal de Porto de Mós assegura ainda o transporte escolar dos alunos do concelho com necessidades educativas específicas, nomeadamente portadores de deficiência, com falta de mobilidade ou falta de autonomia, em circuito e veículo especial.

Artigo 8º
Procedimento

1. Os interessados na atribuição de transporte escolar participado devem efetuar a inscrição no Agrupamento de Escolas, mediante o preenchimento de formulário específico, de acordo com a modalidade de apoio em causa.
2. No caso de alunos que frequentem estabelecimentos de ensino fora do concelho, os formulários deverão ser entregues pelo encarregado de educação/aluno diretamente na Câmara Municipal.
3. Em ambos os casos o formulário será acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do boletim de nascimento, bilhete de identidade ou cartão de cidadão;
 - b) Certificado de matrícula emitido pelo estabelecimento de ensino que o aluno frequenta (apenas aplicável nos casos de cursos fora da área de influência pedagógica);
 - c) Comprovativo de residência do agregado familiar do aluno, designadamente fotocópia do recibo de água ou luz;
 - d) No caso de alunos que frequentam cursos profissionais, declaração emitida pela respetiva escola em como o aluno não recebe financiamento para transporte escolar para o tipo de curso em que o aluno está matriculado.

4. Em caso de mudança de residência, é exigida apresentação de uma declaração do encarregado de educação, a informar a data da mudança de residência, indicando o novo endereço e um documento comprovativo da mesma.

Artigo 9º

Prazos

1. Os pedidos de transporte escolar dos alunos apresentados nos termos do artigo anterior, serão efetuados anualmente no ato da matrícula, para o ano escolar seguinte.
2. Os processos do pedido de transporte serão remetidos anualmente pelo Agrupamento de Escolas ou encarregado de educação/aluno à Câmara Municipal até às datas abaixo indicadas:
 - a) 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário ciclo – até 15 de julho;
 - b) Cursos profissionais – até 31 de julho.
3. Fora dos prazos previstos no número anterior, apenas serão aceites pedidos para a atribuição de transporte escolar nas seguintes condições:
 - a) Transferência de escola, por motivo de alteração de residência do agregado familiar do aluno;
 - b) Transferência de escola, por motivo de alteração de escolha de curso e disciplina específica.

Artigo 10º

Apreciação dos processos de candidatura

O pedido de transporte escolar será apreciado pelos competentes serviços da Câmara Municipal, podendo o mesmo ser indeferido, caso não cumpra as regras constantes no presente regulamento.

Artigo 11º

Obrigações da Câmara Municipal de Porto de Mós

No âmbito do presente regulamento cabe à Câmara Municipal de Porto de Mós:

- a) Articular com os agrupamentos de escolas e estabelecimentos de ensino a concretização do previsto no presente regulamento;
- b) Elaborar o plano anual de transportes escolares;
- c) Coordenar o serviço de transportes escolares.

Artigo 12º

Obrigações dos Agrupamentos de Escolas/Estabelecimentos de Ensino

No âmbito do presente regulamento cabe aos Agrupamentos de Escolas ou Estabelecimentos de Ensino:

- a) Divulgar aos encarregados de educação as condições de pedido de transportes escolares nos termos do presente regulamento;
- b) Prestar todas as informações aos encarregados de educação e confirmar os dados constantes nos formulários;
- c) Enviar os formulários de inscrição de transporte escolar para a Câmara Municipal, até ao termo do prazo estabelecido para o efeito;
- d) Colaborar com a Câmara Municipal na elaboração do Plano de Transportes Escolares anual, fornecendo até ao dia 15 de fevereiro, a previsão do número de alunos para o ano letivo seguinte;
- e) Avisar, de imediato, a Câmara Municipal, sobre alterações dos horários escolares ou do encerramento da escola, devido a situações pontuais;
- f) Enviar informação, sobre a forma como o serviço de transportes escolares decorre, para que se proceda, se necessário a eventuais melhorias do mesmo;
- g) Informar a Câmara Municipal, em caso de transferência ou desistência de frequência da escola por parte do aluno.

Artigo 13º

Obrigações dos Encarregados de Educação

No âmbito do presente regulamento cabe aos Encarregados de Educação:

- a) Informar a Câmara Municipal, de qualquer alteração de dados que conste no processo;
- b) Informar a Câmara Municipal, em caso de desistência de utilização do transporte escolar.

Artigo 14º

Obrigações dos Alunos

- 1. Utilizar devidamente e de forma responsável o meio de transporte, respeitando os colegas, bem como as orientações e recomendações do vigilante e motorista.
- 2. Estar sempre munidos de passe escolar válido.
- 3. Respeitar o local de embarque e desembarque e os horários previstos.

Artigo 15º

Penalizações

A Câmara Municipal pode suspender as comparticipações atribuídas e o transporte escolar aos alunos que, utilizem indevidamente ou de forma irresponsável os transportes, nomeadamente quando pratiquem atos de vandalismo, manifestem com frequência comportamentos agressivos para com os colegas, vigilante e motorista, ou quando não respeitem as recomendações e orientações do motorista/vigilante, pondo em causa a segurança do percurso escolar.

Artigo 16º

Plano de Transportes Escolares

1. Compete à Câmara Municipal organizar e aprovar o Plano de Transportes Escolares anual, em conformidade com o presente regulamento, em conjugação com a rede de transportes públicos e os planos aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo escolar, nos termos do nº1 do artigo 4º do Decreto-Lei 299/84, de 5 de setembro.
2. O mesmo será submetido anualmente ao executivo camarário, para aprovação até 15 de abril.

Artigo 17º

Falsas Declarações

Todas as situações de prestação de falsas declarações verificadas, implicarão a suspensão imediata da comparticipação atribuída, sem prejuízo de participação criminal.

Artigo 18º

Casos Omissos

Todas as situações não contempladas neste regulamento serão analisadas e decididas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Porto de Mós.

Artigo 19º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicitação nos termos legais, sendo aplicável à apreciação dos pedidos de atribuição de transporte escolar a partir do ano letivo de 2013/2014.